

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União

Este mês marca um momento histórico para a Advocacia-Geral da União: o primeiro Código de Ética foi finalmente aprovado e publicado. Após anos de expectativa, a construção participativa da norma ganhou forma concreta, refletindo os valores e compromissos que norteiam nossa atuação. Mais do que um conjunto de regras, o Código representa um pacto coletivo por uma cultura de respeito, integridade, responsabilidade e cuidado.

O boletim deste mês também traz outras boas notícias. A Comissão de Ética passa a contar com o Procurador Federal Pedro Henrique Peixoto Leal como novo membro suplente. Mestre em Direito, com ampla trajetória na AGU, Pedro chega em um momento especial, com grande entusiasmo para contribuir com os debates e decisões do colegiado.

Outro avanço relevante foi a disponibilização, no repositório nacional do Sistema Supersapiens, de um formulário padronizado para consultas à Comissão de Ética. A ferramenta, de uso simples e acessível, representa um passo importante na busca por mais agilidade, transparência e segurança nas análises, facilitando o acesso dos agentes públicos da AGU à orientação ética em situações concretas de possível conflito de interesses.

Cada um desses marcos reafirma o compromisso da Comissão de Ética com o fortalecimento da integridade na AGU. Seguimos trabalhando para que a ética seja, cada vez mais, parte do cotidiano institucional: não como imposição, mas como escolha consciente e estruturante da nossa identidade pública.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

AGU publica seu primeiro Código de Ética Institucional: um marco de integridade e compromisso com o futuro

A Advocacia-Geral da União (AGU) acaba de dar um passo histórico com a publicação do seu primeiro Código de Ética Institucional, por meio da Portaria Normativa nº 187 de 28 de julho de 2025. A iniciativa representa uma conquista coletiva e um avanço fundamental para o fortalecimento da cultura de integridade, responsabilidade e respeito na AGU.

Construído com base em ampla participação interna e mais de 540 contribuições recebidas durante a consulta pública, o novo Código é fruto de análise criteriosa e diálogo institucional. A minuta final foi elaborada pela Comissão de Ética da AGU, com apoio técnico da Secretaria de Atos Normativos, de integrantes do Conselho Superior da AGU, de representantes das carreiras e de entidades associativas.

Mais do que um conjunto de regras, o Código de Ética se consolida como um instrumento vivo de orientação e prevenção, refletindo os valores, desafios e responsabilidades da atuação da AGU.

A publicação do Código representa também uma resposta institucional às transformações sociais e aos novos dilemas éticos do século XXI. Trata-se de um documento construído a muitas mãos, que traduz os valores da AGU em princípios aplicáveis a todos que integram a instituição, sem distinção de carreira, função ou vínculo.

Com essa medida, a AGU projeta-se como referência em ética pública, reafirmando seu compromisso com uma atuação técnica, responsável, humana e socialmente íntegra. O novo Código de Ética é, acima de tudo, um pacto coletivo pelo presente e pelo futuro da nossa instituição.

[Acesse aqui o Código de Ética da Advocacia-Geral da União](#)

Bastidores de uma Conquista: como nasceu o Código de Ética da AGU

Neste mês de julho de 2025, a AGU deu um passo histórico: publicou oficialmente seu primeiro Código de Ética. Mas, por trás da conquista formal, há uma história menos conhecida, marcada por coragem, articulação técnica e diálogo genuíno entre áreas que, não raro, operam em lógicas distintas dentro da administração pública.

O que hoje é norma, começou como proposta. E como toda boa proposta ética, exigiu escuta, trabalho e persistência. A iniciativa de dar forma à minuta partiu do Secretário-Executivo da Comissão de Ética da AGU, Davi Cavalieri, que, ciente da importância de um documento próprio e com identidade institucional, decidiu tirar do papel um projeto que existia desde 2014, mas que nunca havia avançado de fato.

A minuta inicial foi construída com base em uma extensa pesquisa normativa e doutrinária, ancorada por notas técnicas produzidas para fundamentar cada escolha de conteúdo. Desde o início, a proposta era clara: criar um código que não fosse apenas punitivo ou retórico, mas que espelhasse os valores da AGU e promovesse uma cultura de respeito mútuo, inclusão, integridade e escuta ativa.

O caminho institucional, porém, foi tudo menos linear. Após a elaboração da proposta inicial e aprovação do colegiado da Comissão de Ética, vieram as articulações com a Secretaria de Atos Normativos (SENOR), em um processo de diálogo intenso, que envolveu análises jurídicas e adaptações de linguagem para garantir a aderência ao marco legal vigente. Foram várias reuniões técnicas, todas marcadas por um espírito construtivo e pelo compromisso comum com a excelência normativa.

A abertura à escuta também foi levada a sério. Uma Consulta Pública foi lançada em dezembro de 2024, convidando toda a comunidade da AGU a contribuir com sugestões e críticas. Mais de 540 manifestações foram recebidas, lidas uma a uma, e muitas delas efetivamente incorporadas à versão final do texto. A construção coletiva foi, ali, não apenas simbólica, mas real.

Um dos momentos decisivos do processo foi a rodada exaustiva de revisão com a equipe da Secretaria de Atos Normativos (SENOR), especialmente com Maria Olímpia Boina de Abreu, Fernando Luiz Albuquerque Faria, Marcilândia de Fátima Araújo e César Venturini Dutra Carrijo. Foram horas de trabalho técnico, linha por linha, buscando o equilíbrio entre a densidade jurídica e a clareza comunicativa.

Mas o processo foi além do eixo técnico-normativo. A Presidente da Comissão de Ética da AGU, Mariana Montenegro, liderou um importante movimento institucional, reunindo-se com entidades associativas, participando ativamente das reuniões do Conselho Superior da AGU e articulando com lideranças internas e externas para reforçar a urgência e a importância da aprovação do Código.

Nas etapas derradeiras do processo, o Advogado-Geral da União Adjunto, Flávio Roman, desempenhou um papel decisivo, pautando o Código nas reuniões do Conselho Superior da AGU, elaborando o voto condutor com maestria e mantendo, em todas as interações, um espírito genuíno de escuta ativa.

O apoio do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, foi igualmente fundamental. Desde as primeiras articulações até a aprovação final, seu respaldo firme garantiu que a pauta ética se mantivesse como prioridade estratégica da instituição.

O resultado: um código enxuto, humano e comprometido com os desafios éticos contemporâneos, incluindo menções inéditas à importância da saúde mental, da segurança psicológica e do direito à desconexão.

Mais do que uma norma, o Código de Ética da AGU é hoje um instrumento vivo de cultura institucional. Um legado de quem acreditou que era possível fazer diferente... e fez!

CEAGU dá boas-vindas ao novo membro Pedro Henrique Peixoto Leal

A Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União passou a contar, a partir do mês de julho, com um novo membro suplente: o Procurador Federal Pedro Henrique Peixoto Leal, que sucede Rodolfo de Carvalho Cabral na composição do colegiado.

Pedro Henrique é Procurador Federal desde 2007 e atua, desde 2021, na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Ao longo de sua trajetória na AGU, acumulou ampla experiência em órgãos de atuação tanto consultiva quanto contenciosa. É mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, especialista em Direito Público pela Universidade de Brasília - UnB e graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Ao assumir sua nova função, Pedro destacou o significado deste momento:



"Integrar a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União é uma honra e uma grande alegria para mim, especialmente neste momento tão importante para a instituição, com a edição do seu Código de Ética.

Essa oportunidade reforça meu compromisso com os princípios éticos que norteiam a nossa atuação e representa uma chance de contribuir para o fortalecimento da integridade na advocacia pública federal.

Minha expectativa é de colaborar ativamente, aprendendo com os colegas e contribuindo na permanente busca por uma postura ética nas nossas manifestações e decisões, sempre em busca do melhor para o Estado brasileiro e para a sociedade como um todo."

Com a nova composição, o colegiado da Comissão de Ética da AGU passa a ser formado pelos membros titulares Mariana Cruz Montenegro, Priscila Cunha do Nascimento e Talius de Oliveira Vasconcelos, e pelos respectivos suplentes Pedro Henrique Peixoto Leal, Raquel Barbosa de Albuquerque e Micheline Silveira Forte.

A CEAGU dá as boas-vindas ao novo integrante e expressa gratidão a Rodolfo de Carvalho Cabral pela dedicação e pelas importantes contribuições prestadas durante o seu mandato.

Consulta Ética Facilitada: Novo Formulário da CEAGU já está disponível no Supersapiens

A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU acaba de lançar um formulário eletrônico para recebimento de consultas sobre situações que possam configurar conflito de interesses. A ferramenta, já disponível no Supersapiens, tem como objetivo tornar o processo mais ágil, padronizado e acessível a todos os agentes públicos da Instituição.

Com interface intuitiva, o formulário permite que os interessados relatem situações concretas de maneira contextualizada, incluindo informações essenciais como a descrição do caso, identificação do interessado, vínculos com empresas ou entidades privadas e eventual documentação complementar. A iniciativa visa garantir maior segurança jurídica às manifestações da CEAGU e oferecer respostas mais precisas e fundamentadas.

A consulta à Comissão de Ética é um importante mecanismo de prevenção, permitindo que os integrantes da AGU obtenham orientação sobre possíveis riscos éticos antes de assumirem atividades paralelas, participarem de eventos com patrocínio privado ou tomarem decisões que possam suscitar dúvidas quanto à integridade da conduta.

O formulário está disponível no repositório de modelos nacionais do Supersapiens (id 774768), conforme imagem abaixo:

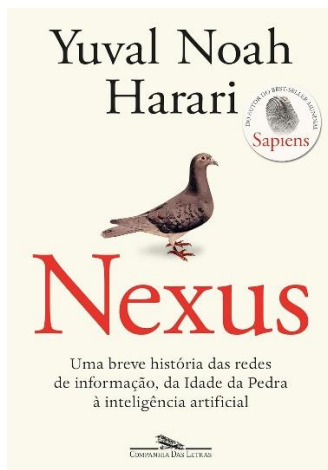


A implementação do formulário eletrônico também marca o início da gradativa descontinuidade do Sistema Eletrônico de Consultas da Comissão de Ética (SeCI), que será progressivamente substituído pela tramitação exclusiva via Supersapiens. A mudança reforça o compromisso da CEAGU com a modernização dos fluxos internos, a segurança da informação e a centralização institucional dos registros.

Nexus: Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial, de Yuval Noah Harari

Nos últimos 100 mil anos, nós acumulamos um imenso poder. No entanto, mesmo com todas as nossas descobertas e conquistas, estamos diante de uma crise sem precedentes, com um colapso ambiental iminente e desinformação correndo solta. A chegada da era da inteligência artificial também representa um perigo para nós. Afinal, por que somos tão autodestrutivos apesar de tudo o que conquistamos?

Nexus olha para a nossa história e avalia como o fluxo de informações moldou a nós e o mundo onde vivemos. Em uma narrativa que vai desde a Idade da Pedra e passa pela canonização da Bíblia, pelas primeiras caças às bruxas modernas, pelo stalinismo, pelo nazismo e pelo ressurgimento do populismo hoje, Yuval Noah Harari nos convida a examinar a complexa relação entre informação e verdade, burocracia e mitologia, sabedoria e poder. O autor explora como as várias sociedades e sistemas políticos utilizaram informações para atingir seus objetivos – para o bem e para o mal –, assim como as escolhas que precisamos fazer num momento em que a inteligência não humana ameaça a nossa própria existência.



A informação não é a matéria-prima da verdade, tampouco uma mera arma. Nexus explora o meio-termo esperançoso entre esses extremos e redescobre a humanidade que nos une.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 9 – Julho de 2025

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)
Priscila Cunha do Nascimento (titular)
Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)
Micheline Silveira Forte (suplente)
Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)
Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri (Secretário-Executivo)
Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)
Daiane de Souza Lindemberg (servidora)
Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)
Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)
Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)
Ariane Goncalves Morato (estagiária)

Textos

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri